

132151

**MOVIMENTO XINGU VIVO PARA SEMPRE: DA RESISTÊNCIA À
HIDRELÉTRICA BELO MONTE ALUTAS POR ENVOLVIMENTO E DIREITOS
TERRITORIAIS NO MÉDIO XINGU**

**XINGU ALIVE FOREVER MOVEMENT: FROM RESISTANCE TO BELO MONTE
HYDROELECTRIC TO STRUGGLES FOR INVOLVEMENT AND TERRITORIAL
RIGHTS IN MIDDLE XINGU**

**MOVIMIENTO XINGU VIVO PARA SIEMPRE: DE LA RESISTENCIA A LA
HIDROELÉCTRICA BELO MONTE A LAS LUCHAS POR COMPROMISO Y
DERECHOS TERRITORIALES EN EL MEDIO XINGU**

Daniela Soares da Silva¹ <https://orcid.org/0000-0002-8920-7715>

Marcia Pires Saraiva² <https://orcid.org/0000-0001-5045-5036>

José Antônio Magalhães Marinho³ <https://orcid.org/0000-0001-9870-6930>

RESUMO

Neste trabalho tematizam-se a formação e as ações protagonizadas pelo Movimento Xingu Vivo Para Sempre (MXVPS) na área atingida pela hidrelétrica Belo Monte, no médio rio Xingu, Estado do Pará. Busca-se compreender mais especificamente, o contexto de formação do movimento e como suas ações se concretizam geograficamente, incidindo de alguma forma na produção do território. A investigação baseia-se em procedimentos de pesquisa documental e bibliográfica, além de pesquisa de campo, com a realização de entrevistas semiestruturadas. A partir das informações obtidas, infere-se que o MXVPS é produto das disputas estabelecidas em torno da implantação da hidrelétrica Belo Monte, e suas ações vinculam-se à formação política e à luta por direitos por parte de grupos sociais atingidos pelos grandes projetos capitalistas no médio Xingu.

Palavras-chave: Movimento Xingu Vivo. Hidrelétrica Belo Monte. Xingu.

ABSTRACT

This work discusses the formation and actions carried out by Xingu Alive Forever Movement (XAFM) in the area affected by Belo Monte hydroelectric, in the middle Xingu River, State of Pará. It is sought to understand more specifically the context of the movement's formation and how its actions materialize geographically, somehow affecting the production of territory. The investigation is based

¹ Licenciada em Geografia pela Universidade Federal do Pará. Atua junto a organizações sociais que lutam por direitos humanos e ambientais no Xingu (PA). E-mail: danisilva-atm@hotmail.com

² Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo. Professora da Universidade Federal do Pará na Faculdade de Geografia, Campus Universitário de Altamira. E-mail: marcia@ufpa.br

³ Doutor em Ciências (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo. Docente da Universidade Federal do Pará na Faculdade de Geografia, Campus Universitário de Altamira. E-mail: josemarinho@ufpa.br

on documental and bibliographic research procedures, in addition to field research, with semi-structured interviews. From information obtained, it is inferred that XAFM is product of disputes established around the implementation of Belo Monte hydroelectric, and its actions are linked to political formation and to struggle for rights on the part of social groups affected by large capitalist projects in the middle Xingu.

Keywords: Xingu Alive Movement. Belo Monte hydroelectric. Xingu.

RESUMEN

En este trabajo, se discute la formación y las acciones llevadas a cabo por el Movimiento Xingu Vivo Para Siempre (MXVPS) en la zona afectada por la hidroeléctrica Belo Monte, en el medio río Xingu, Estado de Pará. Se busca comprender de manera más específica el contexto de formación del movimiento y cómo se concretan geográficamente sus acciones, afectando de alguna manera la producción del territorio. La investigación se basa en procedimientos de investigación documental y bibliográfica, además de investigación de campo, con entrevistas semiestructuradas. A partir de la información obtenida, se infiere que el MXVPS es producto de las disputas establecidas en torno a la implantación de la hidroeléctrica Belo Monte, y sus acciones están vinculadas a la formación política y a la lucha por los derechos de los grupos sociales afectados por los grandes proyectos capitalistas en el medio Xingu.

Palabras clave: Movimiento Xingu Vivo. Hidroeléctrica Belo Monte. Xingu.

INTRODUÇÃO

Os megaprojetos de infraestrutura construídos na Amazônia brasileira, têm provocado mudanças na territorialização e no modo de vida de grupos sociais diversos. Quando se trata de grandes hidrelétricas, os impactos nas cidades e no campo são multidimensionais e colocam em risco a sobrevivência de grupos camponeses e povos originários que dependem dos rios para sua reprodução social. Em reação a tais implicações tem surgido nas áreas atingidas por grandes hidrelétricas, movimentos/organizações sociais que atuam politicamente com os grupos atingidos, buscando promover a defesa e/ou a reconquista de frações de território, além da luta por outros direitos em face das consequências decorrentes de tais empreendimentos.

Neste trabalho, tal temática é abordada na área atingida pela hidrelétrica Belo Monte no Pará, centrando-se na formação e algumas estratégias de luta/enfrentamento do Movimento Xingu Vivo Para Sempre (MXVPS). Tal movimento, formado em 2008, resulta da resistência social ao projeto de barramento do rio Xingu para geração de energia elétrica e atua junto a

grupos sociais no campo e na cidade de Altamira, por meio de diferentes estratégias de mobilização e articulação políticas.

Partindo de uma perspectiva geográfica, objetiva-se compreender a formação de tal movimento em um contexto espaço-temporal marcado por disputas em torno da instalação da hidrelétrica Belo Monte, bem como algumas formas de atuação desse movimento que se materializam na dinâmica territorial do médio Xingu. Contribuíram essas ações para tensionar e/ou mesmo para levar os agentes hegemônicos (governo, empresas) a redimensionar, em algum ponto, seus programas de atuação?

Na elaboração do trabalho, foram usadas informações primárias e secundárias obtidas através de procedimentos de pesquisa qualitativa. Assim, o trabalho se baseia em informações obtidas por meio de levantamento de material bibliográfico e material documental, em bases digitais de periódicos (Boletim de Geografia Teórica; Terra Livre), no site do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e nas redes sociais do MXVPS. Além de informações primárias, levantadas através de observação participante e entrevistas com ativistas que fazem parte do movimento social estudado e de outras organizações locais, no decorrer de 2020 e 2021. As informações obtidas em entrevistas aparecem no texto, sobretudo por meio de excertos de falas, cujas autoras são indicadas pela vinculação à organização/movimento social do qual participam, visando a preservar suas identidades.

Antes de tratar da formação e de algumas ações do MXVPS, apresenta-se inicialmente um breve apanhado das perspectivas pelas quais a temática dos movimentos sociais vem aparecendo na geografia brasileira. Ciência, aliás, que só recentemente vem se voltando para o estudo desses sujeitos sociais desde um arcabouço conceitual próprio.

PERSPECTIVAS GEOGRÁFICAS SOBRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS

Na geografia brasileira, os estudos focalizando a temática dos movimentos sociais desenvolvem-se, sobretudo, a partir dos anos 1980, quando já se estruturava nesse campo do conhecimento, a corrente de pensamento conhecida como geografia crítica, inspirada, de diferentes maneiras, nas leituras do marxismo. Antes dessa época, apenas autores como Manuel Correia de Andrade (A Terra e o Homem no Nordeste) e Josué de Castro (A geografia da Fome) realizaram estudos geográficos em que se observa a presença dos movimentos sociais (PEDON, 2009).

Uma característica importante que marca a abordagem dos movimentos sociais na geografia até o final dos anos 1990, está ligada ao fato de que tais abordagens se baseavam, sobretudo, em teorias e conceitos oriundos de outras ciências sociais, como a Sociologia e a História. Isso tanto nos estudos voltados aos movimentos sociais urbanos, quanto rurais (PEDON, 2009).

Para Pedon (2009) os estudos geográficos focalizando os movimentos sociais partindo de abordagens construídas no interior da própria geografia, vão aparecer e avançar principalmente nas primeiras décadas do século XXI. Dentre os autores que vão trazer importantes contribuições no âmbito desses estudos propositivos (PEDON, 2009), destaca-se Fernandes (2005), segundo o qual:

O espaço, o território, o lugar, as relações sociais, as escalas das ações nos ajudam a compreender os tipos de movimentos socioespacial ou socioterritorial e seus processos geográficos (isolados, territorializados ou espacializados). Esses movimentos são tanto instituições não formais, políticas no sentido lato, por sua materialidade, ação, estabelecimento e dinâmica, quanto são igualmente instituições formais como os sindicatos, as empresas, os estados, as igrejas e as Organizações Não Governamentais (ONGs). Nesse sentido, é preciso diferenciar entre os movimentos socioespaciais e os movimentos socioterritoriais (FERNANDES, 2005, p. 31).

Segundo Fernandes (2005, p. 31),

Os movimentos socioterritoriais têm o território não só como trunfo, mas este é essencial para sua existência. Os movimentos camponeses, os indígenas, as empresas, os sindicatos e os estados podem se constituir em movimentos socioterritoriais e socioespaciais. Porque criam relações sociais para tratarem diretamente de seus interesses e assim produzem seus próprios espaços e seus territórios.

As organizações não governamentais se constituem apenas como movimentos socioespaciais. Estas são agências de mediação, uma vez que as ongs são sempre representações da reivindicação, de espaços e ou de territórios. Não são sujeitos reivindicando um território. Não existem a partir de um território. São sujeitos reivindicando espaços, são entidades de apoio ou contrárias aos movimentos socioterritoriais e socioespaciais, são agências intermediárias, que produzem espaços políticos e se espacializam.

Em outros trabalhos, Fernandes (1992, 2000) reforça essa leitura dos movimentos sociais na geografia. E contribui de forma seminal para uma leitura geográfica dos movimentos sociais, partindo dos conceitos de espaço e território para propor os conceitos de movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais.

Por sua vez, também há na geografia, autores que buscam dar mais centralidade ao território, considerando o espaço, tal como o tempo, categorias mais gerais, mais do campo da filosofia do que de um campo científico particular como a geografia (OLIVEIRA, 2008). Nessa vertente, o território é entendido como uma produção a partir do espaço, tal como afirma Raffestin:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo pela representação), o ator “territorializa” o espaço. [...] O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si (RAFFESTIN, 1993, p. 143-144).

Em outras palavras, “o espaço e, certamente o tempo, são as propriedades inalienáveis, indissolúveis e indissociáveis, que todo ser, coisa ou fenômeno têm e possuem. Já o território é uma construção histórica” (OLIVEIRA, 2008, p. 4). Nessa perspectiva, o território é produto da ação humana, materializada pelas permanentes interações, disputas e lutas sociais pela apropriação da natureza.

Nesse processo,

Do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas ou grandes, encontram-se atores sintagmáticos que “produzem” o território. De fato, o Estado está sempre organizando o território nacional por intermédio de novos recortes, de novas implantações e de novas ligações. O mesmo se passa com as empresas ou outras organizações, para as quais o sistema precedente constitui um conjunto de fatores favoráveis e limitantes. O mesmo acontece com um indivíduo que constrói uma casa ou, mais modestamente ainda, para aquele que arruma um apartamento. Em graus diversos, em momentos diferentes e em lugares variados, somos todos atores sintagmáticos que “produzem” território. Essa produção de território se inscreve perfeitamente no campo do poder de nossa problemática relacional. Todos nós combinamos energia e informação, que estruturamos com códigos em função de certos objetivos. Todos nós elaboramos estratégias de produção, que se chocam com as outras estratégias em diversas relações de poder (RAFFESTIN, 1993, p. 152-153).

Desta forma, a produção territorial envolve os diversos sujeitos sociais (atores sintagmáticos, nos termos de Raffestin) no permanente processo de apropriação (concreta ou abstratamente) da materialidade pré-existente, a natureza. No modo de produção capitalista, essa produção territorial envolve constantes entreciosos entre agentes econômicos hegemônicos que buscam, a todo instante, monopolizar terras, rios e florestas para viabilizar o processo de valorização e acumulação de capital. E agentes contra hegemônicos, que se opõem a tal lógica de privatização da natureza, criando resistência aos planos dos agentes hegemônicos e lutando por outras formas de produção do território, em que a lógica da reprodução da vida seja colocada em primeiro plano.

Nessa perspectiva, os movimentos sociais são movimentos socioterritoriais (OLIVEIRA, 2005), pois seus discursos e ações repercutem geograficamente, na (re)produção dos territórios. Na Amazônia brasileira, os movimentos sociais indígenas, camponeses e quilombolas, que lutam contra o avanço de grandes projetos capitalistas sobre as terras e territórios, por exemplo, são movimentos socioterritoriais por excelência.

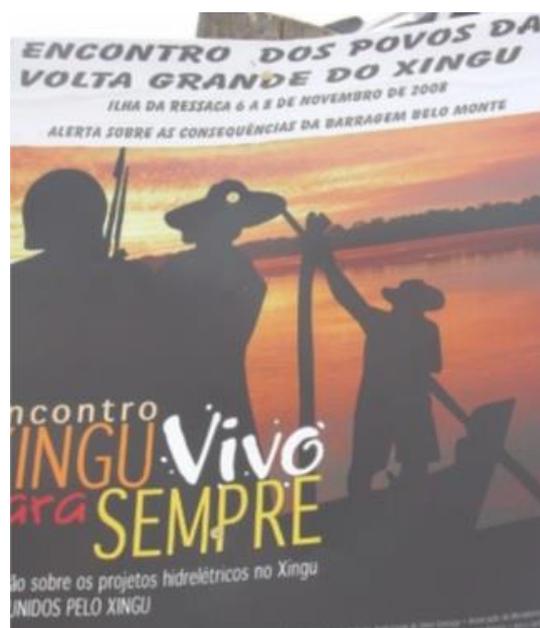
A FORMAÇÃO DO MOVIMENTO XINGU VIVO PARA SEMPRE

O Movimento Xingu Vivo Para Sempre (MXVPS) forma-se no contexto de lutas contra o projeto hidrelétrico Belo Monte. A construção dessa hidrelétrica na bacia do Rio Xingu já fazia parte dos planos do governo federal desde a última ditadura militar, com o nome de hidrelétrica Kararaô. Porém, foi inviabilizado devido a mobilizações de indígenas e movimentos sociais camponeses e urbanos, com apoio da comunidade internacional nos anos 1980 e 1990. Mas nos anos 2000, o projeto foi retomado, desta feita com o nome de Belo Monte (MELO, 2005; SILVA, 2017; VIEIRA, 2017).

A construção da hidrelétrica Belo Monte na área conhecida como Volta Grande do Xingu, fez parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), criado em 2007 pelo governo de Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores- PT). Um dos objetivos do PAC era dinamizar a economia brasileira através de investimentos na construção de obras de infraestrutura, como as hidrelétricas, por exemplo (MARINHO, 2019).

No contexto de resistência à hidrelétrica, ocorreu em Altamira, em 2008, um encontro denominado de “Encontro Xingu Vivo Para Sempre” (Figura 1). O MXVPS formou-se a partir desse encontro, que reuniu povos indígenas, camponeses, mulheres, juventudes, pesquisadores de diversas universidades do Brasil e do mundo, jornalistas, advogados e moradores da cidade de Altamira e de outras localidades da rodovia Transamazônica e do Xingu.

Figura 1 - Cartaz do evento Xingu Vivo Para Sempre em 2008



Fonte: MXVPS. Arquivo do movimento

O objetivo do encontro foi discutir os impactos socioambientais da possível instalação da hidrelétrica de Belo Monte (CASTRO, 2012). O nome do movimento surge da conclamação de um indígena do povo Kayapó, que ao término do encontro, bradou: “Xingu Vivo Para Sempre!”, convocando naquele momento, uma aliança a nível internacional pela defesa do Rio Xingu e seus povos. Para uma interlocutora ligada à organização local denominada de Fundação, Preservar e Produzir (FVPP), de onde vieram as militantes que fundaram do MXVPS,

O Movimento é uma continuidade de todas as mobilizações feitas, ainda no início dos anos 90, contra a construção de Belo Monte. Muitas pessoas que estavam lá, quando isso foi retomado pelo Fernando Henrique Cardoso na reta final. Então, iniciou uma mobilização contrária a isso, porque para todos os movimentos sociais, Belo Monte nunca teve na pauta dos movimentos. Teve asfalto, educação, saúde, mas nunca teve barragem. Apesar de ter energia, nunca teve Belo Monte...” (INTERLOCUTORA A, 2021)⁴.

Conforme a mesma interlocutora,

... tem que analisar que esses mesmos movimentos sociais que durante quase três décadas lutaram contra Belo Monte, lutaram em busca de energia e, aqui, estou falando dos movimentos sindicais, os movimentos de mulheres, as pastorais. Que também lutou para eleger o partido dos trabalhadores no governo ou, mais precisamente, para eleger Lula no governo. E essa eleição de Lula não só pra nós, nessa região, mas no país inteiro, na América Latina, no mundo, foi uma grande vitória da esquerda, naquele contexto. E aí, quando o Lula se elegeu e definiu que Belo Monte ia sair, é claro que provocou reações profundas nos movimentos sociais e acabou colocando as pessoas todas dos movimentos numa posição de escolha, né! Ou você apoia esse governo de esquerda, que levou meio século pra chegar ao poder ou você..., porque isso significava que quem era contra Belo Monte, também era contra o governo. Enfim, é nessa linha... e, por outro lado, quando o governo decidiu a construção de Belo Monte, muitos decidiram também apoiar as comunidades que seriam prejudicadas. Então, assim, a gente não iniciou uma luta de quem era contra ou a favor de Belo Monte. Ninguém era a favor de Belo Monte, a luta acabou ficando entre quem iria apoiar os atingidos diretamente, os agricultores, os indígenas e ribeirinhos. E também quem, além desse apoio, também continuava fazendo a oposição a obra mesmo em curso.” (INTERLOCUTORA A, 2021).

Na visão dessa interlocutora, o MXVPS surge em um quadro político complexo, em que os sujeitos sociais continuaram contrários à construção da hidrelétrica Belo Monte. Mas, devido à vertente política do governo federal, tais sujeitos deram ênfase distinta às lutas sociais.

Em outra perspectiva, existe a interpretação de que o MXVPS emerge em um quadro de fragmentação das lutas entre as lideranças sociais. Nesse sentido, explica uma interlocutora ligada ao MXVPS:

O governo dividiu os povos indígenas e os movimentos sociais em 2009/2010. A maioria dos movimentos sociais da região era movimento da base do Partido dos Trabalhadores (PT), sindicatos e por aí vai, várias organizações que antes se

⁴Interlocutora A vinculada à organização Fundação Viver, Preserva, Produzir (FVPP) sediada em Altamira - PA. Entrevista em 2021.

juntaram nesse grande movimento, que eram da base do PT. Por isso ficou difícil para eles, ordem do governo: ou apoiar o maior projeto do PT, que é Belo Monte, ou então perdia todos os benefícios. Essa foi a grande divisão dos movimentos sociais. (INTERLOCUTORA B, 2020)⁵.

Diante desse contexto, continua a interlocutora,

Após a divisão sobrou um pouquinho de gente que continuou no MXVPS. E aí esse movimento levou as lutas contra Belo Monte com muito apoio e continuamos lutando. Depois que o governo passou por cima de tudo, mandou todas as leis para construir Belo Monte e, mesmo assim, o MXVPS com pouca gente, mas com vários parceiros que não estavam só aqui em nível de Altamira e médio Xingu, mas além-fronteiras de parcerias, de organizações não governamentais, universidades, especialistas, cientistas que sempre tiveram do nosso lado e contrário a esse projeto. E aí uma das nossas vitórias foi exatamente denunciar tudo. (INTERLOCUTORA B, 2020).

Nessa perspectiva, pelo fato de o PT está no governo, algumas das principais lideranças de oposição à construção da hidrelétrica, ligadas ao partido, teriam decidido apoiar a política desenvolvimentista do governo federal. Tal opção teria deixado povos indígenas, camponeses, sindicatos e movimentos sociais enfraquecidos diante das estratégias de divisão adotadas pelo governo federal e pela Norte Energia S.A (NESA), empresa que obteve a concessão para construir e operar a hidrelétrica Belo Monte por 35 anos (MARINHO, 2019; SILVA, 2017).

Diante desse aparelhamento parcial das lideranças sociais (VIANA, 2018) pelo governo, o MXVPS, coordenado por Antônia Melo (Figura 2), liderança histórica nas lutas sociais na área do Xingu e Transamazônica, congregou frações dissidentes de opositores à hidrelétrica Belo Monte. Com isso, o movimento assumiu desde o início o compromisso de defender o rio Xingu diante dos projetos predatórios de extração dos recursos naturais.

Aliás, uma característica marcante do MXVPS é a atuação e protagonismo das mulheres. A militância do movimento, em sua maior parte, é formada por mulheres que buscam apoio e parcerias visando a fortalecer a incidência política junto a instituições públicas, onde realizam um permanente contraponto às implicações territoriais da hidrelétrica Belo Monte, tanto na cidade de Altamira como no campo, especialmente em áreas ribeirinhas do Xingu.

⁵Interlocutora B vinculada ao Movimento Xingu Vivo Para Sempre (MXVPS) sediado em Altamira - PA. Entrevista em 2020.

Figura 2 - Liderança do MXVPS em 2013, exigindo consulta prévia aos indígenas do Xingu sobre a instalação da hidrelétrica Belo Monte



Fonte: Página do MXVPS no Facebook⁶

Dentre os parceiros do MXVPS, destacam-se a Prelazia do Xingu, que apoia o movimento inclusive com espaço físico para sua organização, além de cientistas independentes, professores universitários, Movimento Negro de Altamira, Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, Fórum Oriental da Amazônia, movimento Uma gota no Oceano e ONGs, como a *Amazon Watch*, *International Rivers* e o Instituto Socioambiental (ISA). A parceria com tais agentes nacionais e internacionais, como observa Silva (2017), foi a opção que os sujeitos sociais contrários à hidrelétrica Belo Monte encontraram para continuar a luta.

Desta forma, o MXVPS torna-se um movimento com articulações em diferentes escalas, tal como afirma a interlocutora B,

Hoje o MXVPS é um movimento além-fronteiras e um movimento de direitos humanos pela cidadania, que denuncia tudo quanto de irregular e projetos de destruição. Uma das nossas linhas, hoje, é denunciar e mostrar por A mais B que esses projetos são projetos inviáveis para a Amazônia, para os povos, para o Brasil, para o meio ambiente e o mundo. E que os povos amazônicos hoje, eles mesmos têm seu modelo de cultura, suas crenças e seus modos de produzir. Hoje, nós falamos do modelo de envolvimento dos povos da Amazônia que não destrói e que constrói e promove, que dá vida e que trata e cuida do meio ambiente. (INTERLOCUTORA B, 2020).

Com isso, o MXVPS também ampliou sua perspectiva atuação, trazendo à tona a necessidade de pensar outras formas de desenvolvimento para Amazônia. Contrapondo-se ao modelo de desenvolvimento capitalista predatório, imposto à região desde a segunda metade

⁶Disponível em: <https://www.facebook.com/profile/100067608551339/search/?q=antonia%20melo>. Acesso em 01 de jan. 2023.

do século XX, o movimento passa a defender outro desenvolvimento que considere os modos de vida dos povos e grupos sociais tradicionais da região (CASTRO, 2012).

Para isso, o MXVPS não só articula e participa de mobilizações de enfrentamento ao modelo de desenvolvimento capitalista que avança sobre a bacia do Xingu, através da implantação de hidroelétrica e, mais recentemente, da mineração⁷. Mas atua também na formação de base, buscando reforçar a resistência e a organização política de grupos sociais que já foram atingidos de alguma forma por projetos capitalistas, ou que estão em vias de serem atingidos.

ALGUMAS FRENTES DE AÇÃO DO MXVPS NA TRANSAMAZÔNICA E XINGU

Desde sua formação, o MXVPS direcionou sua pauta de luta, em grande medida, ao contraponto à construção da hidrelétrica Belo Monte, denunciando as implicações dessa hidrelétrica no campo e na cidade e atuando também no fortalecimento político de comunidades e na formação de outros movimentos sociais. No decorrer da segunda década do século XXI, outras pautas foram sendo incorporadas às preocupações do movimento, dentre as quais se pode mencionar o apoio a lideranças ameaçadas em contexto de conflitos agrários na área do médio Xingu e Transamazônica, como se mostrará a seguir.

O encontro Xingu + 23: a resistências à destruição ambiental do governo federal

O Xingu + 23 foi um encontro que fez referência ao número de anos passados desde o primeiro encontro dos povos indígenas em Altamira, em 1989, contra à construção de hidrelétricas no Rio Xingu. O Xingu + 23 ocorreu paralelamente aos primeiros dias da Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável – Rio + 20, realizada na cidade do Rio de Janeiro, em 2012. Mas enquanto no Rio buscava-se discutir uma agenda de desenvolvimento sustentável para as próximas décadas, na região Amazônica estava em curso umas das maiores obras de infraestrutura do PAC, envolta em embates que colocavam em questão sua viabilidade econômica e ambiental.

Organizado pelo MXVPS, entre os dias 13 e 17 de junho de 2012, O Xingu + 23 reuniu em Altamira, indígenas, pescadores, ribeirinhos, pequenos agricultores, movimentos sociais, acadêmicos, ativistas e outros defensores do Xingu. O encontro objetivou fortalecer a luta e

⁷ Na Volta Grande do Xingu, a jusante do barramento principal da hidrelétrica Belo Monte, encontra-se em curso a implantação de um grande projeto de mineração de ouro, capitaneado pela empresa canadense Belo Sun. Tal projeto encontra-se em fase de licenciamento, mas devido a irregularidades, está sob embargo da Secretaria de Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) do Pará.

resistência frente a fragilidades técnicas, econômicas, jurídicas e políticas do projeto hidrelétrico Belo Monte. O encontro foi um dos símbolos de resistência à instalação da hidrelétrica, ao mobilizar grupos sociais da Transamazônica e Xingu, bem como a opinião pública, em especial, a mídia internacional.

Um momento importante do Xingu + 23 foi a ocupação de canteiros de obra da hidrelétrica Belo Monte, na Volta Grande do Xingu. Em um trecho já barrado, os manifestantes abriram um canal, simbolizando a liberação do Rio Xingu, que estava sendo aprisionado pela hidrelétrica. No decorrer da ocupação, outras ações foram realizadas, como plantação de árvores nativas e a formação de banner humano, com a frase “pare Belo Monte”.

Em decorrência dessa ação, empresas envolvidas na implantação da hidrelétrica entraram com processo contra 11 lideranças, alegando que comandaram a invasão e destruição de espaço privado das empresas e do governo.

...uma situação de criminalização, mentirosa que essas empresas fazem contra as lideranças, contra as pessoas para tentar inibir, para tentar afastar lideranças da luta pela justiça e direitos humanos e ambientais. Então, nessa tentativa eles criminalizam e criam e inventam processo contra nós, para dizer que somos criminosos. Portanto, temos que ser “julgados e responder processos” (INTERLOCUTORA B, 2020).

Para além da criminalização das lideranças, o Xingu + 23 foi um marco importante na história do MXVPS, pois ajudou a fortalecer o movimento e dar visibilidade a sua pauta. Também contribuiu para o movimento tornar-se uma referência internacional contra a hidrelétrica Belo Monte, sendo visto como um promotor dos direitos socioambientais, um defensor intransigente da Amazônia e de seus povos contra projetos destrutivos de governos, tanto de esquerda, quanto de direita. Por outro lado, o encontro também marcou o início de uma aliança entre o MXVPS e o povo indígena Munduruku do rio Tapajós. Povo que já se posicionava localmente, nacionalmente e internacionalmente contrário a projetos hidrelétricos em seu rio. O encontro Xingu + 23 foi, assim, um momento importante na consolidação e ampliação das articulações políticas do MXVPS.

Trabalho de base como estratégia de enfrentamento a hidrelétrica Belo Monte

Outra frente de atuação do MXVPS foi junto a comunidades urbanas e rurais ameaçadas pela implantação da hidrelétrica Belo Monte. O desafio era explicar para essas comunidades o que era o projeto hidrelétrico e quais suas possíveis consequências.

Não tínhamos dinheiro; sempre fomos apoiadas com projetos de parceiros da Europa. Nunca nenhum centavo do governo brasileiro, poucos recursos de ONGs e tínhamos que fazer essa mobilização das comunidades para dizer o que era Belo Monte, para que eles lutassem e se organizassem. O desafio aí estava, pois íamos num local, numa comunidade, na beira rio, até nos indígenas - e depois os indígenas

ficaram de mal conosco - depois nos travessões/áreas rurais para que eles se organizassem para lutar por seus direitos (INTERLOCUTORA B, 2020).

O MXVPS organizava reuniões que oportunizavam interação entre procuradores do Ministério Público Federal (MPF), defensores públicos e especialistas com as comunidades ameaçadas pela hidrelétrica. Nas reuniões, busca-se traduzir, através de um diálogo simples, as informações técnicas relativas às consequências da hidrelétrica sobre o modo de vida dos diferentes grupos sociais na cidade e no campo.

Quando íamos às comunidades, levávamos procuradores da república, levávamos advogados, levávamos especialistas para falar para eles, para não ser só a nossa voz. Tendo voz de cientistas, de gente que tem estudo nessas áreas. Mas aí nós íamos para que eles se organizassem, e logo após a [concessionária], mandava suas empresas desmanchar tudo o que nós tínhamos falado para eles, chamando a gente de mentiroso. Que a gente estava ganhando muito dinheiro para falar mal e falar mentira para eles e que Belo Monte era bom. Foi um grande debate e luta para que as comunidades se organizassem o mínimo para enfrentar Belo Monte [...]. Foi muito perverso essa questão. (INTERLOCUTORA B, 2020).

Observa-se nesse excerto, que a atuação do MXVPS focava um papel que deveria ser cumprido pelos agentes do grande projeto, que era o de esclarecer minimamente os grupos sociais sobre os impactos do projeto hidrelétrico e sobre os direitos que teriam em face das mudanças advindas. Por outro lado, a atuação do movimento apresentava uma explícita dimensão territorial, pois visava à formação política nas comunidades para enfrentar os agentes hegemônicos, na disputa pelos seus espaços de vivência e modos de vida.

Formação do Conselho Ribeirinho do Reservatório da Hidrelétrica Belo Monte

A instalação da hidrelétrica Belo Monte foi responsável pelo deslocamento compulsório de 313 famílias indígenas e camponesas de margens e ilhas no médio Rio Xingu. Esse processo desestruturou vínculos sociais e territoriais entre grupos sociais ribeirinhos, cuja vida historicamente atrelava-se ao rio e à floresta. Tais grupos sociais foram espalhados pela periferia da cidade de Altamira, em Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUCs), e por vicinais (travessões) ao longo da Transamazônica, em municípios como Brasil Novo, Vitória do Xingu, Anapú e Medicilândia (MPF, 2015; GRUPO INTERSTITUCIONAL, 2017).

No início de 2015, em face do processo remoção forçada, o MXVPS recebia cotidianamente ribeirinhos que denunciavam as violações de seus direitos. Tais denúncias eram registradas pelo movimento em forma de declaração e encaminhadas à Procuradoria da República em Altamira, solicitando medidas urgentes para garantir o direito constitucional de acesso à justiça e, conseqüentemente, o cumprimento, por parte do Estado, de normas internacionais, como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil tornou-se signatário.

Um desdobramento relevante dessas ações foi a realização de uma Audiência Pública em 2014, na cidade de Altamira, para tratar da remoção compulsória dos atingidos pela hidrelétrica Belo Monte. Nessa Audiência, que contou a participação de representantes de órgãos públicos e da sociedade civil, deliberou-se por uma Inspeção Interinstitucional nos beiradões do Xingu, cujo relatório apontou diversas irregularidades na remoção dos grupos sociais ribeirinhos. Tais constatações resultaram na suspensão das remoções forçadas e levaram a empresa concessionária a ofertar a possibilidade de reassentamento no reservatório principal da hidrelétrica, a 121 famílias atingidas (MARINHO, 2019).

Devido a limitações no reassentamento das 121 famílias, em 2016, por meio do MPF, a Sociedade Brasileira Pelo Progresso da Ciência (SBPC) realizou um estudo sobre a situação dos grupos sociais ribeirinhos atingidos pela hidrelétrica Belo Monte (CUNHA; MAGALHÃES, 2017). O resultado desse estudo foi apresentado em Audiências Públicas, em novembro de 2016, na cidade de Altamira, e mostrou inequivocamente as violações que o MXVPS já denunciava. Na ocasião, deliberou-se pela formação de uma organização coletiva constituída por representantes de cada comunidade ribeirinha atingida, a qual foi denominada de Conselho Ribeirinho do Reservatório do Xingu (DE FRANCESCO, 2018).

Tal Conselho Ribeirinho foi criado com 28 membros, tendo um Grupo de Apoio formado pelo ISA e pelo MXVPS. Entre outras funções, coube a esse Grupo de Apoio atuar na mobilização dos conselheiros e na mediação com os órgãos de Estado, como MPF, o IBAMA e a Defensoria Pública da União (DPU). A empresa concessionária resistiu em reconhecer o Conselho como representante dos grupos ribeirinhos, mas diante da legitimação dos órgãos de Estado, o conselho passou a atuar na arena do licenciamento da hidrelétrica Belo Monte, promovendo reconhecimento social das famílias atingidas e indicando áreas favoráveis ao reassentamento de tais famílias, áreas chamadas de Territórios Ribeirinhos (MARINHO, 2019).

A criação do Conselho Ribeirinho foi uma conquista significativa na história da construção de hidrelétricas na Amazônia. Isto porque abriu precedente não apenas para criação de Conselhos de Ribeirinhos em outras áreas ameaçadas pela implantação de hidrelétricas (e outras obras de infraestrutura), como para o reconhecimento dos grupos sociais atingidos por tais projetos pelos próprios atingidos, tal como aconteceu no caso de Belo Monte (Figura 3).

Figura 3 – Cena de reunião do Conselho Ribeirinho em sala do MXVPS (2016), no âmbito do reconhecimento social dos atingidos pela hidrelétrica Belo Monte



Fonte: Página do MXVPS no Facebook⁸

A atuação do MXVPS no processo de criação e fortalecimento do Conselho Ribeirinho foi de grande relevância para os grupos atingidos pela hidrelétrica Belo Monte, que passaram a ter um representante com voz ativa na arena do licenciamento do projeto, antes dominada apenas pelos órgãos de Estado e pelas empresas. Nessa arena, o Conselho Ribeirinho, com apoio do MXVPS e do ISA, continua sua luta pela criação de Territórios Ribeirinhos ao longo do reservatório principal da maior hidrelétrica eminentemente brasileira.

A formação de Núcleos Guardiões

Outra frente de atuação do MXVPS tem sido na formação e fortalecimento político de comunidades rurais na Volta Grande do Xingu. Nesta área encontram-se a Terra Indígena Paquiçamba (povo Juruna) e a Terra Indígena Arara da Volta Grande (povo Arara), além de comunidades formadas por camponeses ribeirinhos. Tal área, onde foi instalada a hidrelétrica Belo Monte, apresenta diversidade social, biodiversidade e minérios, riquezas que atraem grandes projetos capitalistas e, ao mesmo tempo, levam indígenas e camponeses a viverem sob constante ameaça de perdas territoriais ou de transformações ambientais que ameaçam suas condições de vida, como já vem ocorrendo (CHAVES, 2021; DE FRANCESCO; CARNEIRO, 2015).

⁸Disponível em: <https://www.facebook.com/profile/100067608551339/search/?q=antonia%20melo>. Acesso em: 01 de jan. 2023.

Na Volta Grande, a jusante do barramento principal da hidrelétrica Belo Monte, a vazão do rio Xingu foi reduzida para que a água fosse desviada para alimentar a maioria das turbinas do projeto, instaladas em um reservatório intermediário do empreendimento. Assim, definiu-se para o perímetro a jusante do barramento principal um “hidrograma de consenso”, por meio do qual a empresa concessionária regula a quantidade de água que passa pelo curso original do Xingu, e o volume desviado para o reservatório intermediário. Mas indígenas e camponeses ribeirinhos denunciam a ausência de água no perímetro de vazão reduzida, o que compromete seus modos de vida, ligados especialmente à pesca artesanal (MAGALHÃES, SILVA, VIDAL, 2016).

Por outro lado, a empresa concessionária no processo de implantação da hidrelétrica, buscando enfraquecer a resistência dos atingidos, atuou para enfraquecer as relações comunitárias (MARINHO, 2019). Para isso, atomizava as negociações, gerando desconfiança entre os próprios comunitários.

Essas estratégias vinham embutidas nas promessas de valores indenizatórios, a exemplo, os funcionários terceirizados chegavam na casa das famílias, e após fazer o levantamento dos seus bens e do lote agrário diziam que a terra destevalia mais que a do vizinho. Mas que não era para comentarem com o vizinho, porque a terra deste era inferior. Desta forma, os vizinhos começavam a tomar posturas diferentes e, aos poucos, iam rompendo seus laços de vizinhança, parentesco e coletividade. Assim começou a reinar a desconfiança e o individualismo. (INTERLOCUTORA C, 2021)⁹.

Contrapondo-se à estratégia que visava a dissuadir resistências territoriais em relação à implantação da hidrelétrica, estratégia comum a empresas que atuam em áreas de grandes projetos (ACSELRAD, 2018), o MXVPS passou a atuar com a estratégia de trabalho dos núcleos guardiões.

Em 2019, começa a discutir de forma orgânica os núcleos a partir das experiências locais, mas fundamentado nas discussões acadêmicas no curso do Etnodesenvolvimento [UFPA, Campus Altamira]. E no mês de setembro, os primeiros núcleos são organizados a partir de formações locais com a equipe do Xingu Vivo. Foram formados cerca de 16 núcleos e nos dias 16 e 17 de novembro de 2019, foi realizado o primeiro encontro de formação dos núcleos guardiões do Xingu. E tinha como foco pensar os objetivos e princípios dos núcleos guardiões. (INTERLOCUTORA C, 2021)

Tal experiência de atuação visa ao envolvimento/protagonismo dos comunitários a partir de um olhar coletivo. Os núcleos podem chegar até a 10 membros em cada comunidade e podem iniciar com número de 3 a 5 pessoas. Nesse trabalho de base, enfatiza-se que todos os membros são lideranças, ou seja, uma ou duas pessoas não falam e nem decidem nada. As ações, mobilizações e decisões devem acontecer pelo consenso do núcleo, como a

⁹Interlocutora C vinculada ao Movimento Xingu Vivo Para Sempre (MXVPS) sediado em Altamira - PA. Entrevista em 2020.

manifestação que ocorreu em 2021, na Transamazônica (Vitória do Xingu), pautando a questão da água na Volta Grande do Xingu (Figura 4).

Figura 4 – Manifestação organizada por núcleos guardiões na rodovia Transamazônica em 2021



Fonte: MXVPS. Arquivo do movimento

Com isso, diferentemente da perspectiva antipolítica das empresas, o MXVPS atua para fortalecer laços comunitários e reforçar a importância da defesa coletiva dos territórios de vida. Um contraponto necessário diante das estratégias de atuação das empresas em áreas de grandes projetos na Amazônia.

A defesa de lideranças ameaçadas no campo

Com o passar dos anos, o MXVPS ampliou sua atuação diante do avanço da violência na cidade e no campo, agravada com a instalação da hidrelétrica. Com frequência, o movimento passou a acolher demandas referentes a violações de direitos humanos e ambientais na Transamazônica e Xingu, tais como expulsão de ribeirinhos e moradores da cidade de suas localidades, indenizações irrisórias, violência doméstica e familiar, feminicídio, trabalho análogo à escravidão, violência no campo e extermínio das juventudes na periferia da cidade de Altamira. Conforme o Atlas da violência de 2017, entre os 30 municípios com mais de 100 mil habitantes, Altamira ocupa o primeiro lugar como o município mais violento em todo o Brasil, em 2015, violência que se associava à dinâmica engendrada pela construção da hidrelétrica Belo Monte (IPEA; FBSP, 2017).

Com isso, o MXVPS passou a pautar diversas denúncias em sua incidência junto à órgãos de Estado e a apoiar lideranças sociais ameaçadas. Uma das lideranças perseguidas em Anapú, município próximo à Altamira, conhecido por conflitos agrários agudos, foi padre Amaro. Tal liderança religiosa foi presa em 2018, acusado por fazendeiros que lhe atribuíam

uma série de crimes, tais como: associação criminosa, ameaça e extorsão, invasão de propriedades, lavagem de dinheiro, dentre outros.

Todavia, como afirmou a Comissão Pastoral da Terra (CPT) em nota conjunta:

PADRE AMARO vem sendo vítima de falsas acusações por parte de fazendeiros e da Polícia Civil de Anapu, cujo objetivo é mantê-lo preso e afastado de suas atividades no município. O Ministério Público não encontrou provas que pudesse sustentar diversas as acusações até então sustentadas pela Polícia como o suposto Assédio Sexual (art.216A), Constrangimento Ilegal (Art. 146) e Ameaça (Art.147), todos do Código Penal. Mesmo sem provas, o Delegado e a cúpula da polícia civil do Pará, deram entrevistas para todos os canais de TV e Jornal, declarando que Amaro teria praticado esses e outros crimes. Uma verdadeira campanha de eliminação moral do Padre Amaro (CPT, 2018, p. 3).

Ainda assim, o líder religioso ficou preso por 92 dias em Altamira, obtendo *habeas corpus* no final de junho de 2018. Nesse período, o MXVPS e mais de 30 organizações/movimentos sociais da Transamazônica e Xingu repudiaram de forma veemente a prisão do padre. Apesar disso, o líder religioso foi proibido pela justiça de celebrar missas e de participar ou promover qualquer reunião.

Vale destacar que padre Amaro atuava junto à missionária *Dorothy Stang*, liderança religiosa que foi brutalmente executada em Anapú, 2005, aos 73 anos de idade, numa estrada de terra de difícil acesso, a 53 quilômetros da sede do município. A missionária foi precursora e defensora dos Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS). Projetos dos quais padre Amaro também era defensor. A proposta dos PDS consiste em assentar camponeses em lotes de terras, com destinação de 20% para a produção e 80% para manejo florestal comunitário.

Mas esse modo de vida comunitário desagradava madeireiros, fazendeiros e grileiros da região. Em coletiva de imprensa promovida por movimentos sociais na sede do MXVPS, enquanto padre Amaro estava preso, uma integrante do movimento denunciou a estratégia dos acusadores de Amaro.

[...] queremos repudiar a prisão do Padre Amaro e colocar nossa solidariedade... tudo foi armado como é hoje o caso que qualquer situação de defensores de direitos humanos aqui nesse país, aqui nessa terra. Quando não conseguem matar imediatamente começam a desmoralizar publicamente como é o caso do Amaro (INTERLOCUTORA C, 2018).

Tal estratégia que visava à desmoralização de lideranças constituía espécie de “assassinato moral”, fazendo que lideranças sociais, como Padre Amaro, apesar de soltas, não retomassem suas atividades junto a grupos camponeses que lutavam pela terra. Padre Amaro, por exemplo, foi direcionado pela igreja católica para outro município, distante do trabalho pastoral que realizava juntos a camponeses de Anapú, onde dava continuidade ao legado deixado por *Dorothy Stang*.

Diante de sucessivas violações de direitos humanos e territoriais na Transamazônica e Xingu, o MXVPS, influenciado pelo ataque a Padre Amaro, mobilizou outros movimentos sociais, a prelazia do Xingu, o campo científico e organizou o seminário “Xingu: terra de resistência”, nos dias 11 e 12 de maio, de 2018, na Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus de Altamira. O encontro produziu um relatório com discursos de movimentos sociais, intelectuais da floresta e acadêmicos da universidade, apontando a urgência da intervenção do Estado para a promoção e garantia dos direitos humanos e da natureza, assim como a necessidade de articulação e aliança entre povos indígenas, camponeses e moradores das áreas urbanas, movimentos sociais e os atingidos pela hidrelétrica Belo Monte, para o enfrentamento aos projetos destrutivos (grilagem, barragem, mineração) na área do médio Xingu e Transamazônica. O encerramento do seminário aconteceu em caminhada nas ruas de Altamira. Os participantes reivindicavam o direito de viver com dignidade em suas comunidades, bem como a liberdade imediata de Padre Amaro, que ainda estava preso em função das articulações entre o latifúndio e o Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação do MXVPS situa-se no contexto de construção da hidrelétrica Belo Monte. As disputas políticas que emergiram nesse contexto promoveram fraturas entre os movimentos/organizações sociais que atuavam no médio Xingu. Uma parte minoritária das lideranças sociais, formada sobretudo por mulheres, manteve posição de crítica em relação à hidrelétrica, mesmo que tal empreendimento fosse um projeto implementado pelo governo do PT que haviam apoiado. Tais lideranças, com a parceria da Prelazia do Xingu, fundaram em 2008, o MXVPS, sujeito social que participou ativamente da resistência à construção de Belo Monte e depois que a hidrelétrica foi instalada, também passou a atuar juntos aos grupos sociais atingidos e ao lado de lideranças sociais ameaçadas pelos agudos conflitos agrários na área do médio Xingu e Transamazônica, no Pará.

De uma perspectiva geográfica, o MXVPS pode ser visto um movimento socioterritorial, pois suas ações incidem no fortalecimento de lutas sociais no campo e na cidade, visando à defesa e/ou à conquista de territórios socialmente mais justos e equilibrados ambientalmente. A incidência institucional do movimento, juntamente com outros mediadores parceiros, foi fundamental para que indígenas e camponeses desapropriados/desapossados para a construção da hidrelétrica no médio Xingu, pudessem sonhar com o retorno às margens do rio de onde foram removidos. Tal possibilidade, que não estava prevista no projeto dos

agentes empreendedores, foi uma conquista obtida em 2015, com a ativa participação do MXVPS. Na formação do Conselho Ribeirinho do Reservatório da Hidrelétrica Belo Monte, tal movimento também participou ativamente, sendo um dos sujeitos que constituem o grupo de apoio que auxilia as ações do conselho, voltadas especialmente para a reconquista de frações de território no reservatório da hidrelétrica.

Tais ações indicam que as lutas protagonizadas pelo MXVPS vêm contribuindo para emergir contradições inerentes aos projetos econômicos hegemônicos que avançam na área do médio Xingu e Transamazônica. Contradições que, no caso da hidrelétrica Belo Monte, levaram à empresa concessionária a redimensionar sua política de limpeza do terreno, admitindo o retorno de indígenas e camponeses às margens e ilhas do médio Xingu, mesmo que este rio já não seja mais marcado apenas pelos ciclos naturais, mas também pela interferência de agentes capitalista do setor elétrico brasileiro, que impõe novos desafios aos grupos ribeirinhos.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri. Apresentação. In: ACSELRAD, H. (org.). Políticas Territoriais, empresas e comunidades. **O neoextrativismo e a gestão empresarial do “social”**. Rio de Janeiro: Giramond, 2018. p. 7-13.
- CASTRO, G. C. “A favor de outro desenvolvimento”: o Movimento Xingu Vivo para Sempre, Belo Monte e suas manifestações na World Wide Web. In. **Somanlu**, ano 12, n. 2, p. 221-242, jul./dez. 2012.
- CHAVES, K. A. Povos Tradicionais, vida nua e expropriação: o caso dos duplamente atingidos pela UHE Belo Monte e Mineração Belo Sun. **REVISTA DA ANPEGE**, v. 17, p. 57-78, 2021.
- CPT - COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Nota Pública sobre a conjuntura em Anapu (PA) e a prisão de padre Amaro**. Belém/Altamira, 2018.
- CUNHA, M. C. da; MAGALHÃES, S. (Orgs.). **A expulsão de ribeirinhos em Belo Monte. Relatório da SBPC**. 1ed.São Paulo: SBPC, 2017.
- DE FRANCESCO, A. **Em articulação inédita, ribeirinhos atingidos pela usina Belo Monte determinam os caminhos para retornarem ao seu território**. Instituto Socioambiental, 2018. Disponível em: <https://socioambiental.medium.com/em-articula%C3%A7%C3%A3o-in%C3%A9dita-ribeirinhos-atingidos-pela-usina-belo-monte-determinam-os-caminhos-para-3743b8440973>. Acesso em 03 de agosto de 2022.
- DE FRANCESCO, A.; CARNEIRO, C. **Atlas dos impactos da UHE Belo Monte sobre a pesca**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2015.
- FERNANDES, B. M.O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e a territorialização da luta pela terra no Brasil. **Boletim de Geografia Teórica**, v. 22, n.43/44, p. 34-39, 1992.

[FERNANDES, B. M.](#) Movimento social como categoria geográfica. **Terra Livre**, São Paulo, v. 15, p. 59-85, 2000.

FERNADES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **REVISTANERA**, V.6, P.14-34, 2005.

GRUPO INTERINSTITUCIONAL. **RELATÓRIO DO PROCESSO DE RECONHECIMENTO SOCIAL**. Altamira, 2017.

MAGALHÃES, S. B.; SILVA, Y. Y. P. da; VIDAL, C. L. Não há peixe para pescar neste verão: efeitos socioambientais durante a construção de grandes barragens – o caso Belo Monte. **Desenvolv. Meio Ambiente**, v. 37, p. 111-134, maio 2016 - Edição Especial Nexa Água e Energia.

IPEA; FBSP. Atlas da violência 2017. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/2898-atlasdaviolencia2017completo.pdf>. Acesso em 05 de dezembro de 2022.

MARINHO, J. A. M. **As lutas camponesas e o cercamento do médio rio Xingu (PA): a construção da hidrelétrica Belo Monte**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – FFLCH/USP, São Paulo, 2019.

MELO, A. O assédio da Eletronorte sobre o povo e as entidades na região de Altamira. In: **Tenotã-Mõ**. São Paulo: Comissão Pró-Índio, 2005. p. 55-57.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Relatório de inspeção interinstitucional: áreas ribeirinhas atingidas pelo processo de remoção compulsória da UHE Belo Monte**. Altamira, 2015.

OLIVEIRA, A. U. "Quem sabe faz a hora não espera acontecer": o MST como movimento socioterritorial moderno. *Revista USP*, São Paulo, v. 64, p. 156-172, 2005.

PEDON, N. R. **Geografias e Movimentos Sociais: dos primeiros estudos à abordagem socioterritorial**. São Paulo: Editora Unesp: 2009.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

SILVA, I. O. G. **Conflitos Territoriais na área de controle da UHE Belo Monte (PA): (des) identidades do trabalho e lutas de resistência**. Tese (Doutorado em Geografia) - FCT/UNESP, São Paulo, 2017.

VIANA, N. Movimentos Sociais e Partidos Políticos. **Revista Espaço Livre**, v. 13, p. 43-54, 2018.

VIEIRA, F. A. **Movimento Xingu Vivo Para Sempre: luta e resistência contra Belo Monte**. **INSURGÊNCIA: REVISTA DE DIREITOS E MOVIMENTOS SOCIAIS**, v. 3, p. 458-483, 2017.

Artigo recebido em: 22 de fevereiro de 2023.

Artigo aceito em: 13 de junho de 2023.

Artigo publicado em: 01 de julho de 2023.